



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**A GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA: MOBILIZAÇÃO PARA O PROCESSO
ELEITORAL DO CONSELHO ESCOLAR TRIÊNIO DE 2017 A 2020.**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Denise Teresinha de Souza Favarim

**São Lourenço do Sul, RS
2018**

Denise Teresinha de Souza Favarim

**A GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA: MOBILIZAÇÃO PARA O PROCESSO
ELEITORAL DO CONSELHO ESCOLAR TRIÊNIO DE 2017 A 2020.**

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância Especialização Lato-Sensu em Gestão Educacional, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Gestão Educacional.

Orientadora: Profª Drª Sueli Menezes Pereira

**São Lourenço, RS, Brasil
2018**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO LATO-SENSU EM GESTÃO EDUCACIONAL

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Monografia de Especialização

**A GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA: MOBILIZAÇÃO PARA O PROCESSO
ELEITORAL DO CONSELHO ESCOLAR TRIÊNIO DE 2017 A 2020.**

**Elaborada por:
Denise Teresinha de Souza Favarim
como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Gestão Educacional**

COMISSÃO EXAMINADORA:

**Sueli Menezes Pereira, Dra.. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)**

Belkis Souza Bandeira, Dra. (UFSM)

Eliane de Avilla Colussi, Me (UFSM)

São Lourenço do Sul, 30 de junho de 2018.

DEDICATÓRIA

Aos homens da minha vida: meu amado pai, **AMADEU FAVARIN**, que aos 90 anos, a cada dia me ensina a não desistir dos meus objetivos; que com sua vitalidade, jovialidade e amor à vida me dão a certeza de que a vida é para ser sorvida com leveza e alegria sempre;

Meu desejado e amado filho, **RODRIGO FAVARIM RODRIGUES**, que aos 18 anos, coincidentemente nesse ano inicia sua vida acadêmica, que perceba que todo o conhecimento que se pode ter, só será válido se tivermos a grandeza de ver no outro, um ser humano igual a si mesmo.

E, postumamente a minha mãe: **JANDYRA DE SOUZA FAVARIN**, que imprimiu, em mim, a inquietude do aprendiz, a sede do conhecimento e a força interior, suas enormes qualidades.

AGRADECIMENTOS

A DEUS por ter me dado a vida e possibilitado que eu crescesse, me graduasse e me tornasse Educadora, neste país tão carente de Educação.

Aos meus pais que tiveram a feliz ideia de “deixar vir a guriazinha”.

À Profa. SUELI PEREIRA, pelo incentivo, pela compreensão, pelas orientações preciosas e pela indicação do caminho.

Aos colegas, que serviram de apoio em todo o curso, pois só nós sabemos as dificuldades pelas quais passamos nesse período e a duras penas conseguimos nos amarrar uns aos outros e suportar “o vento” contra e vivermos esse momento ímpar da defesa e da entrega de nossa monografia à Coordenação do Curso de Especialização em Gestão Educacional, da Universidade Federal de Santa Maria.

À Escola Técnica Estadual Parobé pela oportunidade de desenvolvimento deste estudo.

Aos colegas do corpo docente e discente da Escola Técnica Estadual Parobé pelas respostas às minhas indagações.

*“Só existirá democracia no Brasil no dia em
que se montar no país a máquina
que prepara as democracias.
Essa máquina é a da escola pública.”
Anísio Teixeira*

RESUMO

A GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA: MOBILIZAÇÃO PARA O PROCESSO ELEITORAL DO CONSELHO ESCOLAR TRIÊNIO DE 2017 A 2020.

AUTORA: DENISE TERESINHA DE SOUZA FAVARIM

ORIENTADORA: Sueli Menezes Pereira

O presente trabalho pretende buscar respostas ao questionamento feito em relação à participação tão diminuta da comunidade Parobeana quando foi mobilizada para a indicação de nomes para eleger o Conselho Escolar e, posteriormente quando foi efetivado o processo eleitoral. Espera-se descobrir quais as razões para que tivéssemos poucos candidatos, poucos eleitores e a baixa participação da comunidade. Para atingirmos nossos propósitos, optamos pela linha de pesquisa qualitativa, caracterizada por ser um estudo de caso, do tipo pesquisa-ação, em que se procura transformar a realidade encontrada. Temos dúvidas se a comunidade conhece as funções do Conselho Escolar, se sabem de sua importância, se conhecem os membros atuais do Conselho e se votaram neste pleito. Os recursos financeiros empregados foram mínimos uma vez que os questionários foram enviados via internet aos docentes, funcionários e discentes, coletando suas opiniões. E quanto aos resultados percebemos a necessidade da informação, da conscientização, da responsabilização e da ação chegar aos participantes da comunidade, desde o conhecimento sobre quais são as funções que o Conselho Escolar possui para a Gestão Democrática da Escola Pública, o que é a democracia que vivemos e como devemos dela participar, para que efetivamente, no futuro tenhamos uma maior participação e que esta seja consciente.

Palavras chave: Escola pública, participação, gestão democrática, conselho escolar.

ABSTRACT

THE DEMOCRATIC MANAGEMENT OF THE SCHOOL: MOBILIZATION FOR THE ELECTORAL PROCESS OF THE SCHOOL BOARD TRIENIO OF 2017 TO 2020.

AUTOR: DENISE TERESINHA DE SOUZA FAVARIM
ORIENTADORA: Sueli Menezes Pereira

The present work intends to find answers to the questioning made regarding the very small participation of the Parobeana community when it was mobilized for the nomination of names to elect the School Council and later when the electoral process was carried out. It is hoped to find out the reasons why we had few candidates, few voters, and low community participation. In order to achieve our purposes, we opted for the qualitative research line, characterized by being a case study, of the research-action type, in which one seeks to transform the reality found. We have doubts as to whether the community knows the functions of the School Council, if they know its importance, if they know the current members of the Council and if they voted in this case. The financial resources employed were minimal once the questionnaires were sent via the internet to teachers, employees and students, collecting their opinions. And as for the results, we perceive the need for information, awareness, accountability and action to reach out to community participants, from the knowledge about what the School Council's functions are for the Democratic Management of the Public School, which is democracy that we live and how we should participate in it, so that in the future we will have a greater participation and that it be aware.

Key words: Public school, participation, democratic management, school board.

RESUMEN

LA GESTIÓN DEMOCRÁTICA DE LA ESCUELA: MOVILIZACIÓN PARA EL PROCESO ELECTORAL DEL CONSEJO ESCOLAR TRIENIO DE 2017 A 2020.

AUTORA: DENISE TERESINHA DE SOUZA FAVARIN

ORIENTADORA: Sueli Menezes Pereira

El presente trabajo pretende buscar respuestas al cuestionamiento hecho en relación a la participación tan diminuta de la comunidad Parobeana cuando fue movilizadada para la indicación de nombres para elegir el Consejo Escolar y, posteriormente cuando fue efectuado el proceso electoral. Se espera descubrir cuáles son las razones para que tengamos pocos candidatos, pocos votantes y la baja participación de la comunidad. Para alcanzar nuestros propósitos, optamos por la línea de investigación cualitativa, caracterizada por ser un estudio de caso, del tipo investigación-acción, en que se busca transformar la realidad encontrada. Tenemos dudas si la comunidad conoce las funciones del Consejo Escolar, si saben de su importancia, se conocen los miembros actuales del Consejo y se votaron en estos comicios. Los recursos financieros empleados fueron mínimos una vez que los cuestionarios fueron enviados vía internet a los docentes, funcionarios y discentes, recogiendo sus opiniones. Y en cuanto a los resultados percibimos la necesidad de la información, de la concientización, de la responsabilización y de la acción llegar a los participantes de la comunidad, desde el conocimiento sobre cuáles son las funciones que el Consejo Escolar posee para la Gestión Democrática de la Escuela Pública, lo que es la democracia que vivimos y cómo debemos de ella participar, para que efectivamente, en el futuro tengamos una mayor participación y que ésta sea consciente.

Palabras clave: Escuela pública, participación, gestión democrática, consejo escolar.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Idade do pesquisado	29
Gráfico 2 -	Segmento ao qual pertence a pessoa	30
Gráfico 3 –	Conhecimento sobre quem são os Conselheiros	31
Gráfico 4 –	Conhecimento sobre quem pode ser eleito para o Conselho Escolar	31
Gráfico 5 –	Época da eleição	32
Gráfico 6 –	Conhecimento sobre as competências do Conselho Escolar	33
Gráfico 7 –	Competências do Conselho (opções certas e erradas)	33
Gráfico 8 –	Localização do mural com as informações sobre as ações do Conselho ..	34
Gráfico 9 –	Comparecimento à eleição anterior	35
Gráfico 10 –	Motivos de não ter votado	35
Gráfico 11 –	Desejo de participar de seminário ou curso sobre a temática dos Conselhos Escolares	37
Gráfico 12 -	Conhecimento de formação no site do MEC sobre a temática dos Conselhos Escolares	38

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Números de votos na última eleição para o Conselho Escolar – segmento professores	15
Quadro 2 –	Números de votos na última eleição para o Conselho Escolar - segmento alunos	15
Quadro 3 –	Números de votos na última eleição para o Conselho Escolar - segmento funcionários	16
Quadro 4 –	Números de votos na última eleição para o Conselho Escolar - segmento pais	16
Quadro 5 –	Número de alunos matriculados por modalidade de ensino e curso.....	26
Quadro 6 –	Número de professores, especialistas e funcionários da escola	27
Quadro 7 -	Número de votos válidos na última eleição para o Conselho Escolar	28

LISTA DE SIGLAS

MEC – Ministério da Educação e Cultura.

SEAP – Setor de Estágios e Acompanhamento

ETEP – Escola Técnica Estadual Parobé

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SEDUC/RS – Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Sul

ISE – Informatização da Secretaria de Educação

GEPA – Grêmio Estudantil Parobé

CPEP – Centro de Professores da Escola Parobé

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	A DEMOCRACIA BRASILEIRA	20
3	A ESCOLA COMO ESPAÇO DEMOCRÁTICO	21
4	A GESTÃO DEMOCRÁTICA E O PAPEL DO CONSELHO ESCOLAR	24
5	PESQUISA DE CAMPO	26
5.1	Questionários respondidos e análise.....	28
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
	REFERÊNCIAS.....	42
	APÊNDICE - A - Questionário aplicado	44

1. INTRODUÇÃO

Ao iniciarmos o Curso de Gestão Educacional diversos temas descortinaram-se a nossa frente e pareceram-nos muito atraentes e merecedores de um estudo mais pormenorizado, contudo nada foi ou é mais atraente do que a própria Gestão Democrática da Escola Pública, entendê-la, efetivá-la e exercitá-la parece-nos a real missão da Escola do século XXI, dando às pessoas vez e voz na gestão da escola pública.

O termo Gestão é relativamente novo e segundo o Dicionário Luft significa: “ação ou efeito de gerir, gerência; administração.”(LUFT, 2005, p.405)

Já o conceito de administração, pelo mesmo dicionarista seria “o ato ou efeito de administrar, gestão de negócios, pessoal que administra, direção, ato de conferir, ministrar.” (LUFT, 2005, p.73)

Assim, para a outrora Administração Escolar, evoluiu ao longo dos anos e passou a chamar-se Gestão Escolar e, dependendo da esfera que contempla é também chamada de Gestão Educacional.

Exercemos a profissão de professora e de vice-diretora em uma escola do Estado do Rio Grande do Sul, a qual possui 112 anos, e nela funcionam as modalidades de ensino médio e de ensino profissionalizante de nível técnico, com cinco cursos técnicos, de segunda a sábado, nos três turnos.

A Comunidade escolar, formada por professores, funcionários, pais e alunos, portanto é chamada a participar da gestão da escola muito mais do que sua presença nas festas comemorativas que se realizam na escola.

Frente a isto, optou-se por pesquisar o processo eleitoral para o Conselho Escolar, sobre a realização da Eleição para o Conselho Escolar - 2017-2020, por observarmos que após todo o trabalho desenvolvido pela Comissão Eleitoral, no sentido de organizar o processo, respeitando todos os períodos e prazos, bem como incentivando a participação dos eleitores, esta foi pouco representativa, pois de um contingente de 2.700 alunos, seus pais, e 250 professores e funcionários, que compõem o universo escolar a participação foi muito pequena em relação à totalidade da comunidade escolar da Escola Parobé.

Nesta perspectiva, o problema a ser investigado resume-se no seguinte questionamento: por que foi tão pequena a participação dos eleitores que constituem a comunidade na votação para o Conselho Escolar?

Qual o conhecimento que a comunidade escolar da Escola Técnica Estadual Parobé tem a respeito da Gestão Democrática da Escola Pública e do Papel dos Órgãos Gestores Internos, tendo em vista a participação tão diminuta na eleição do Conselho Escolar para a gestão 2017- 2020?

Para se fazer uma análise, apresentamos os números finais, obtidos das planilhas de votação e, obviamente a eleição se deu pela contagem dos votos válidos, resultando na apuração apresentada nos quadros abaixo.

No segmento professores:

CLASSIFICAÇÃO	Nº DE VOTOS
1º	9
2º	7
3º	6
4º	6
5º	6
6º	4
7º	4
8º*	3
9º*	3
10º*	1
Total	49 votos

Quadro 1 - Números de votos na última eleição para o Conselho Escolar – dados da planilha da Comissão Eleitoral * Suplentes

No segmento alunos:

CLASSIFICAÇÃO	Nº DE VOTOS
1º	167
2º	60
3º	35
4º	31
5º	29
6º*	28
7º*	25
Total	388
Votos válidos –	375
Nulos	10
Branco	3

Quadro 2 – Números de votos na última eleição para o Conselho Escolar – dados da planilha da Comissão Eleitoral *suplentes – entram nas vagas do segmento de pais- cfe. Estatuto.

No segmento funcionários:

CLASSIFICAÇÃO	Nº DE VOTOS
1º	8 votos
2º	7 votos
3º	3 votos
Total	18
Votos válidos	18 votos

Quadro 3 – Números de votos na última eleição para o Conselho Escolar – dados da planilha da Comissão Eleitoral

No segmento pais:

CLASSIFICAÇÃO	Nº DE VOTOS
1º	1 voto
2º	1 voto
Total	2 votos

Quadro 4 – Números de votos na última eleição para o Conselho Escolar – dados da planilha da Comissão Eleitoral

Assim, a eleição foi validada, entretanto o número de votantes foi muito reduzido.

Dessa forma, em nosso estudo, a temática enfocada é sobre a Gestão Democrática da Escola Pública e seus órgãos gestores, abrangendo o Conselho Escolar na perspectiva da gestão democrática.

A importância da escolha deste tema reside na experiência recente de mobilização e organização da escola para a eleição do Conselho Escolar, visto que muitos não compareceram a ela, nem pais, alunos ou mesmo professores, permanecendo a dúvida: Porque tivemos uma baixa procura de pessoas interessadas em candidatar-se? Porque a pouca participação, tanto de possíveis candidatos ao Conselho Escolar, bem como uma baixa participação no processo eleitoral, considerando um contingente de quase 3.000 alunos, divididos entre Ensino Técnico Profissionalizante e Ensino Médio; aproximadamente, entre professores e funcionários, totalizando 250 pessoas? Neste processo houve uma baixa procura pela candidatura; um alto índice de abstinência de eleitores e uma pouca mobilização dos segmentos escolares? Este fato nos motiva a pesquisar as razões dessa (des)mobilização, atacar suas causas e tentarmos reverter esta realidade, para no futuro transformá-la.

A Gestão Democrática tem seu alicerce na participação de todos os envolvidos no cenário educativo, ou seja, a participação dos pais, dos alunos, dos fun-

cionários, dos professores, dos especialistas e da direção, enfim todos os segmentos devem estar contemplados na formação de órgãos gestores da escola.

O Conselho Escolar garante a gestão democrática na escola, pois nele os segmentos participantes da instituição estão ali representados e possuem voz e poder de decisão sobre os aspectos administrativo-pedagógicos da instituição, entretanto, a garantia da participação da comunidade efetiva-se através da formação e atuação do e no Conselho Escolar.

Pesquisar sobre os motivos da pouca participação da comunidade, na eleição dos representantes do Conselho Escolar, torna-se tão fundamental quanto à própria escolha, uma vez que podem surgir respostas que nos permitem a descoberta das motivações da comunidade e esclarecer as pessoas envolvidas sobre a importância que possui o Conselho Escolar para a efetiva democracia na escola.

A eleição e constituição de um Conselho Escolar representativo cria um órgão de gestão fundamental para garantir a Gestão Democrática da escola pública, dando voz à comunidade, viabilizando a democratização da Gestão Escolar.

Segundo Lück o significado de gestão:

...traz em si implícito o caráter participativo, assim como o traz a democracia. Em vista disso, as expressões 'gestão participativa' e 'democracia participativa' são, de certa forma, redundantes, tratando-se, no entanto, de uma redundância útil, no sentido de reforçar uma das dimensões mais importantes da gestão educacional democrática, sem a qual esta não se efetiva. (LÜCK, 2006, p.27)

O Conselho Escolar é mencionado na Lei da Gestão Democrática do Ensino Público, como um órgão de gestão, conferindo autonomia administrativa e participação democrática da comunidade e, junto com a equipe diretiva, é responsável pela administração do estabelecimento de ensino, assim tornando-se de vital importância a sua constituição e função.(Lei 10.576 de 14/11/1995)

Nosso objetivo é investigar e analisar os motivos dos baixos índices responsáveis à Eleição do Conselho Escolar (um número reduzido de eleitores).

Os objetivos específicos são a tentativa de:

- analisar a escola como esse espaço democrático;
- identificar a democracia, especialmente a democracia que temos em nosso país,

- investigar o nível de conhecimento e esclarecimento que a comunidade escolar possui em relação às funções do Conselho Escolar como órgão de gestão;
- analisar as respostas dadas pelos participantes da comunidade escolar tentando classificá-las por suas razões;

Dependendo das motivações surgidas:

- esclarecer a comunidade a cerca das responsabilidades de cada órgão gestor que compõe a Gestão Democrática da Escola Pública Estadual, através da formação continuada, buscando promover uma formação adequada da comunidade escolar sobre o que representa o Conselho Escolar na gestão escolar;
- informar sobre a importância do Conselho Escolar através reuniões de estudos de panfletos explicativos e mural, para que no futuro, tenhamos uma participação mais efetiva na formação do Conselho.

A pesquisa insere-se na linha de pesquisa qualitativa e caracteriza-se por ser um estudo de caso, do tipo pesquisa-ação, em que se procura transformar a realidade encontrada.

Thiollent (1985 apud Baldissera, 2001) nos ensina que:

a pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação da realidade a ser investigada estão envolvidos de modo cooperativo e participativo.

De acordo com Yin, “A orientação teórica se torna o principal veículo para a generalização dos resultados do estudo de caso” (p.61).

[...] o método de estudo de caso não é apenas uma forma de ‘pesquisa qualitativa’, mesmo que possa ser reconhecida entre a variedade de opções da pesquisa qualitativa (YIN, 2010, p.41).

Um estudo de caso inicia pelo problema de pesquisa que será respondido pelas questões de pesquisa que são: se as pessoas que formam a comunidade Parobeana sabem quais são as funções do Conselho Escolar, se sabem a importância que tem o Conselho Escolar, se conhecem quem são os conselheiros, se sabem

onde está localizado na escola o mural onde são colocadas as atas para informar a todos sobre as questões tratadas nas reuniões, se votaram na última eleição, entendemos que ao obtermos essas respostas teremos elementos para analisar a questão do Conselho Escolar na Escola Parobé.

Em seu livro “A pesquisa qualitativa em educação”, Bodgan e Biklen (1982, apud LÜDKE e ANDRÉ, 1986), discutem o conceito de pesquisa qualitativa, indicando que, nesta modalidade os dados coletados são predominantemente descritivos. O material é rico em descrições de pessoas, documentos, situações, acontecimentos. Neste caso, o processo é mais importante do que o produto, pois visa o acompanhamento de uma realidade dada.

Para atingirmos nossos objetivos usaremos questionários, respondidos voluntariamente, disponibilizando-os a membros da comunidade para investigarmos o seu nível de conhecimento sobre o papel do Conselho Escolar, aos professores, funcionários, pais e alunos. As respostas serão tabuladas e analisadas, evidenciando a frequência e as motivações expressas pelos respondentes. Com estas informações serão elaborados gráficos e, posteriormente murais com esclarecimentos sobre o papel do Conselho.

O campo da pesquisa restringir-se-á à Escola Técnica Estadual Parobé, cuja mantenedora é a Secretaria de Educação, órgão do Governo Estadual que se dedica à Gestão da Educação no Rio Grande do Sul. Planejamos que este recorte seja capaz de possibilitar a discussão e o avanço nas questões relativas à Gestão Democrática da Escola Pública do nosso Estado.

Para concretizarmos nossas intenções apresentamos o percurso idealizado em cinco capítulos, a saber: o capítulo 2 traz o título: A Democracia Brasileira, onde nos aventuramos a apresentar uma breve conceituação sobre a democracia vivida em nosso país; no capítulo 3 apresentamos A Escola como espaço democrático e nele se pretende traçar um breve histórico da escola e os avanços rumo à democracia; no capítulo 4, abordamos a Gestão Democrática da Escola e o papel do Conselho Escolar, e o que a Lei nos trouxe de progressos, tais como o Programa Nacional de Fortalecimento do MEC referente aos Conselhos Escolares e outras ações governamentais; já no capítulo 5 apresentamos as respostas obtidas na escola a cerca da pesquisa desenvolvida.

2. A DEMOCRACIA BRASILEIRA

A origem da democracia, para muitos, está em Atenas e lá todos os cidadãos, título somente dado a alguns, tinham direito a expressar suas opiniões nas assembleias. Era o que se chamava de democracia direta. O que hoje seria impraticável pelo número de pessoas que estariam aptas a participar, como também em relação ao nosso tamanho enquanto nação e o tempo que levaríamos para decidir algum assunto.

No Brasil vivemos uma democracia representativa que se consolida no processo eleitoral. A partir do voto, o cidadão legitima o poder do eleito. Consoante o que nos ensina Dantas:

Passava a vigorar o sentimento de que todos os cidadãos podem contribuir para a construção do poder, e isso significa dizer que nenhum adulto deve ser isentado do voto. Nasce a ideia do sufrágio universal. A mulher passa a fazer parte da política, assim como os cidadãos das classes mais pobres. Atravessamos grande parte do século XX sob a crença de que a forma representativa, desde que assegure a liberdade de participação de todos os cidadãos, era ideal para contemplarmos amplamente o conceito de democracia. (Dantas, s.d.)

Hoje, podemos dizer que esse tipo de democracia já não basta, as pessoas não se contentam ou já não nos sentimos mais representados pelos políticos que aí estão, autorizados por nossos votos. Isto porque experimentamos a democracia representativa, a única possível num sistema capitalista, na qual já não é suficiente o comparecimento às urnas para emitir um voto, através do qual se elegem os representantes no poder, entretanto a população dele não participa. A perspectiva é de superarmos este tipo de democracia e atingirmos uma democracia mais participativa, de modo que a população envolva-se mais nas questões decisórias e não somente delegar aos políticos este poder decisório. Na democracia participativa a população então é conclamada a organizar-se em entidades, em conselhos, em assembleias, entre outros.

Segundo Dantas:

Em inúmeras localidades também foram testadas, com sucesso, experiências de Gestão Participativa. Além de discutir os investimentos, a sociedade passou a participar de reuniões que visavam democratizar o gerenciamento de

alguns serviços. Além dessa ferramenta, milhares de Conselhos Gestores de Políticas Públicas surgiram para discutir temas pontuais, dando aos governos diretrizes e ideias a respeito de serviços pontuais. (DANTAS, s.d.)

No Brasil vivemos uma democracia representativa, sendo esse conceito esclarecido por Bobbio

A expressão “democracia representativa” significa genericamente que as deliberações coletivas, isto é, as deliberações que dizem respeito á coletividade inteira, são tomadas não diretamente por aqueles que dela fazem parte mas por pessoas eleitas para esta finalidade. (Bobbio, p.44, 1986)

À medida que avançávamos, enquanto sociedade nas práticas democráticas, também ansiávamos em vivenciá-la nas esferas educacionais, ou seja, a democracia agora adentrava outros espaços. Os pais desejavam mais vagas para seus filhos em escolas de qualidade, onde suas necessidades educacionais fossem atendidas, não bastava vivenciar a democracia como forma de governo, havia o desejo de estendê-la ao governo das instituições educacionais. Que democracia é esta que começamos a experimentar nas escolas?

3. A ESCOLA COMO ESPAÇO DEMOCRÁTICO

A trajetória da educação brasileira tem seu início com a chegada dos portugueses a essa terra e, de uma forma nada democrática, suplantaram a cultura do índio, elemento nativo, pois conforme Cária e Santos “os primeiros habitantes dessa terra que viria, mais tarde, a se chamar Brasil, tiveram seus costumes abafados e, porque não dizer, negados de forma arbitrária”. (CÁRIA E SANTOS, 2014)

De lá para cá tivemos os jesuítas que, difundindo a educação religiosa, alfabetizaram os indígenas e achataram a cultura destes últimos; depois tivemos a expulsão dos jesuítas e o cenário só se alteraria em 1808, com a vinda da família real, quando então nosso país teve um avanço em termos culturais, com a criação da Biblioteca Pública Nacional. Entretanto a escola continuava para filhos dos ricos, enquanto que os filhos dos trabalhadores não precisavam estudar, pois lhes era necessário somente a força braçal.

E assim chegamos à Independência do país, em 1822; em 1824, tivemos a primeira Constituição quando a educação primária torna-se gratuita para todo cidadão, conforme Cária e Santos (2014, p.30).

Em 1930, é criado o Ministério da Educação e Saúde Pública e esta criação, como bem observaram Cária e Santos confere “à União o poder para exercer sua tutela sobre os vários domínios do ensino no país”. (Cária e Santos, 2014, p.30)

Em 1937, sob a regra da nova Constituição outorgada temos a ênfase do ensino profissionalizante; sucedeu-se o ano de 1964, com o golpe militar e o início da década de 1970 com a LDB nº5.692/1971. Assim, com o fim do Regime Militar e a promulgação da Nova Constituição/1988 encontramos no capítulo III, seção I, nos princípios em que se baseia o ensino, no artigo 206 a menção à gestão democrática

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: ...
 I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
 II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
 III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
 IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
 V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;
 VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
 VII - garantia de padrão de qualidade;
 VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (Constituição Federal do Brasil, 1988)

Dessa forma precisávamos efetivar esta gestão democrática nas instituições escolares e, segundo as palavras de Oliveira

A gestão democrática como princípio da educação nacional, presença obrigatória em instituições escolares, é a forma não violenta que faz com que a comunidade educacional se capacite para levar a termo um projeto pedagógico de qualidade e possa também gerar ‘cidadãos ativos’ que participem da sociedade como profissionais comprometidos e não se ausentem de ações organizadas que questionam a invisibilidade do poder.(OLIVEIRA, 2014, p. 17)

Assim, as pessoas desejavam, sonhavam com sua participação na vida política e decisória das cidades. E, à medida que fomos experimentando a democracia na sociedade, ansiamos por vivê-la em outras estruturas institucionais. A escola

é parte de uma sociedade em que se vive a democracia; e a democracia foi levada para dentro de seus muros.

Com a promulgação da Constituição Brasileira de 1988 e, posteriormente com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei 9394/1996 - deu-se início à discussão sobre a gestão democrática da escola pública.

Segundo Lück:

É pelo compromisso e em nome da construção de uma sociedade democrática e da promoção de maior envolvimento das pessoas nas organizações sociais em que atuam, com as quais se relacionam, e das quais dependem, que se favorece a realização de atividades que possibilitem e condicionem a participação. Essas atividades, portanto, são previstas com um triplo objetivo: a) o de promover a construção coletiva das organizações, b) o de possibilitar a aprendizagem de habilidades de participação efetiva e concomitantemente, c) o de desenvolver o potencial de autonomia das pessoas e instituições. Daí a sua importância não apenas para a gestão educacional democrática, tal como proposta em lei, mas como condição par a vivência e aprendizagem democrática de todos os seus participantes e, em especial de seus alunos. (Lück, 2006, p.26)

Porém nem sempre foi assim, ou seja, a escola pública está tentando consolidar a democracia através da participação da comunidade nos Conselhos Escolares, conforme expresso na LDB/1996:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Nesta perspectiva, a Lei de Gestão Democrática do RGS em seu artigo 4º estabelece que a administração das escolas determina que:

Art. 4º A administração dos estabelecimentos de ensino será exercida pelos seguintes órgãos: (Redação dada pela Lei n.º 13.990/12)

I - Equipe Diretiva – ED – integrada pelo Diretor, pelo Vice-Diretor e pelo Coordenador Pedagógico; e (Redação dada pela Lei n.º 13.990/12)

II - Conselho Escolar. (Redação dada pela Lei n.º 13.990/12)

A administração das escolas públicas, como se pode verificar pela legislação, é realizada hoje por uma Equipe composta por várias pessoas, que ainda varia, no estabelecimento escolar, conforme o número de alunos e de turnos de seu funcionamento e pelo Conselho Escolar.

4. A GESTÃO DEMOCRÁTICA e o PAPEL do CONSELHO ESCOLAR

É fundamental que nossa democracia enquanto modo de viver o seja integralmente e seja uma prática da nação, somente assim conseguiremos ter efetivamente a participação consciente, de que tanto precisamos.

Conforme Lück:

O fundamento dessa democratização é o processo educacional e o ambiente escolar serem marcados pela mais alta qualidade, a fim de que todos os que buscam a educação desenvolvam os conhecimentos, as habilidades e as atitudes necessárias para que possam participar, de modo efetivo e consciente, da construção do tecido da sociedade, com qualidade de vida e desenvolvendo condições para o exercício da cidadania. (LÜCK, 2006, p.27)

A democracia da escola pública deve também estender-se ao acesso amplo e à permanência em uma escola de qualidade, garantindo o sucesso do aluno.

A necessidade da desconcentração do poder é tão vital para a democracia, que Bobbio nos diz que “uma sociedade é tanto melhor governada, quanto mais repartido for o poder e mais numerosos forem os centros de poder que controlam os órgãos do poder central”. (1994, pg. 15)

A lei de Gestão Democrática da Escola Pública garante a participação da comunidade no Conselho Escolar, tornando a sua participação de fundamental importância, exercendo a co-gestão da escola pública. Como órgão ele possui funções específicas e destas a escola depende para sua funcionalidade.

Quando Medeiros escreve, para o site do MEC, sobre a legislação municipal e estadual que institui os Conselhos Escolares nas instituições educacionais públicas, podemos antever que os Conselhos Escolares são revestidos de um poder que é maior que o poder anteriormente imputado à Direção da escola,

Pensando em intensificar a participação da comunidade na escola, muitos municípios contam com uma legislação que prevê a instituição de Conselhos Escolares, órgão composto pela representação paritária de pais, professores, funcionários e estudantes, com funções consultiva, deliberativa e fiscalizadora em todos os assuntos da escola. (Medeiros, MEC, s.d.)

O Ministério da Educação lançou um Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares com a intenção de incentivar a implantação e esclarecer as pessoas através de uma formação continuada feita de forma presencial (para os técnicos das Secretarias de Educação) e à distância (para os conselheiros escolares).

Com isso, percebe-se que os órgãos federais também creditam imensas responsabilidades a esse colegiado.

Neste site encontramos as competências dos Conselhos Escolares:

Aos conselhos escolares cabe deliberar sobre as normas internas e o funcionamento da escola, além de participar da elaboração do Projeto Político-Pedagógico; analisar as questões encaminhadas pelos diversos segmentos da escola, propondo sugestões; acompanhar a execução das ações pedagógicas, administrativas e financeiras da escola e mobilizar a comunidade escolar e local para a participação em atividades em prol da melhoria da qualidade da educação, como prevê a legislação. (Mec, 2018)

O Conselho Escolar é livre para elaborar o seu próprio Regimento que, obviamente deve estar em consonância com a legislação pertinente e, aprovado por todos os seus membros; suas funções são amplas, e a cada ano tornam-se mais fundamentais para a escola, a título de exemplo, o conselheiro que ocupa a Presidência do Conselho Escolar confirma as contas da escola, atestando que os processos financeiros e administrativos estão corretos e com isso há a liberação de verbas para a merenda. Tudo que a Equipe Diretiva projeta deve estar no Plano de Aplicação Financeira e este deve ser aprovado pelo Conselho; todo o repasse de verbas e investimento, aquisição, enfim aplicação de recursos tem que ser aprovado antes de ser realizado e após quando se prestam contas dos gastos. A elaboração do calendário, do regimento, do início ao fim do processo para elaboração do Plano Político Pedagógico, entre outros, tudo deve ter a participação, a assinatura e a concordância do Conselho Escolar. O levantamento do mobiliário, do patrimônio, tudo deve ser atestado pelo Conselho.

O Estatuto do Conselho Escolar da Escola Parobé diz que ele possui função deliberativa, fiscalizadora e consultiva nas questões pedagógicas, administrativas e financeiras. E será composto por 8 professores, 6 alunos, 4 pais e 2 funcionários, sendo o Diretor o membro-nato.

5. PESQUISA DE CAMPO

A Escola Técnica Estadual Parobé, possivelmente a maior escola da rede estadual, em espaço físico e dimensão do corpo docente e discente, localiza-se no bairro Centro Histórico da cidade de Porto Alegre, vizinha de inúmeros órgãos públicos, tais como: Ministério Público, Justiça Federal, Justiça Estadual, IBGE, UFRGS, SEDUC, diversos Tribunais, escolas estaduais e particulares, entre outros. Possui, aproximadamente 2670 alunos matriculados, divididos nos cinco cursos técnicos e no ensino médio.

CURSO	Nº DE ALUNOS MATRICULADOS
Técnico em Edificações	564
Técnico em Mecânica	428
Técnico em Eletrônica	423
Técnico em Eletrotécnica	447
Técnico em Estradas	70
Ensino Médio	731
TOTAL	2663

Quadro -5 Número de alunos matriculados por modalidade de ensino e curso-dados ISE/2018

Todos os alunos do ensino técnico ingressam nos cursos através de prova classificatória, esgotando as vagas, para o matutino e o noturno. Para tanto, devem possuir certificado de conclusão do ensino médio, pois o curso é de nível pós-médio, por isso são maiores de idade, muitos casados, com família e que buscam a escola por desejar, na formação técnica, uma oportunidade de trabalho mais rápida, no futuro, com a conclusão do curso, ou mesmo aprender uma segunda profissão.

O corpo discente, na sua esmagadora maioria, reside afastado da escola, muitos até em outros municípios da região metropolitana, deslocando-se de seus municípios para as aulas, que ocorrem de segunda a sábado, em todos os cursos, funcionando com turmas pela manhã e pela noite.

Quando o aluno ingressa no quarto e último módulo (módulos semestrais) ele necessita fazer um estágio de 500 horas em empresas cadastradas no Setor de Estágios e Acompanhamento (SEAP). Sabemos, portanto que os alunos do ensino técnico são trabalhadores que procuram melhorar sua condição financeira através de uma formação técnica que lhes possibilite, muitas vezes, ingressar no mercado de trabalho ou obter a certificação de sua prática.

Importante também salientar que temos um número expressivo de imigrantes senegaleses, haitianos, angolanos, gambianos e ganeses que ingressaram nos cursos técnicos para qualificarem-se para trabalhar no Brasil, muitos com dificuldades linguísticas em relação ao nosso idioma, entretanto fluentes no seu idioma nativo e em francês, em inglês, e muitas vezes também em espanhol.

Quanto ao aluno do ensino médio, com 14,15 anos de idade, este ingressa através de escolha da própria Secretaria De Educação do Estado, pois todos fazem as inscrições, escolhendo até três escolas, e são destinados, sem que a escola saiba quais os critérios utilizados.

Igualmente à situação dos alunos do ensino técnico os alunos do médio não residem no bairro do Centro da capital gaúcha (pouquíssimos moram no centro), ou seja, deslocam-se, às vezes, de muito longe diariamente para a escola, até de municípios da região metropolitana. O ensino médio tem aulas nos turnos da manhã e da tarde, com 26 turmas.

A escola, ainda enfrenta dificuldades para reunir os pais, em função da distância da escola as suas residências (muitas vezes com quase duas horas de transporte coletivo), mesmo em entregas de avaliações a frequência é bem baixa, necessitando de ligações telefônicas para solicitar a presença dos responsáveis.

	Professores			Funcionários			Especialistas			Total RH		
	Efet	Temp	Total	Efet	Temp	Total	Efet	Temp	Total	Efet	Temp	Total
Designados	65	125	190	11	11	22		6	6	76	142	217
Em Exercício	2	6	8							2	6	8
TOTAL	67	131	198	11	11	22		6	6	78	148	225

Quadro 6 – Número de professores, especialistas e funcionários- dados ISE/2018.

Como se pode ver pelo quadro anterior, a escola conta com um total de 198 Professores; 22 funcionários; 3 especialistas, que atendem o setor Pedagógico (SSE) e 3 que atendem o setor de Orientação Escolar (SOE).

Possui 93 salas de aulas e os alunos estão divididos em 108 turmas, não contando com os alunos estagiários que aí somam aproximadamente mais 600 alunos, que fazem seu estágio curricular e obrigatório em empresas.

Os números, da última eleição para o Conselho Escolar, registrados pela Comissão Eleitoral trazem uma inquietude, pois se mostram ínfimos, se comparados à totalidade dos segmentos na escola.

	REALIDADE	VOTANTES	VÁLIDOS	%	DIFERENÇA
Pais	2700 *	2	2		2698
Alunos	2700	388	375	13,8	2312
Professores	204	49	49	24	155
Funcionários	22	18	18	81	4

Quadro 7 - Número de votos na última eleição para o Conselho Escolar – dados da planilha da Comissão Eleitoral *estimativa

5.1 Questionários respondidos e análise

Como os números demonstram a pouca participação da comunidade na eleição para o Conselho Escolar, perguntamo-nos quais as causas desta baixa resposta para a eleição e posse dos membros Conselheiros?

Para a realização da nossa pesquisa disponibilizamos aos professores, especialistas e funcionários e alunos de ambos os níveis, via internet, um questionário criado no formulário no google docs e disponível através do link <https://goo.gl/forms/CpLPnY80NtV3hVDD2>, para que o respondessem de forma voluntária, contribuindo, assim com a coleta de dados.

Formulamos um documento que continha as seguintes questões: idade; segmento ao qual pertence a pessoa; se a pessoa conhece os Conselheiros eleitos; se a pessoa sabe quem pode concorrer a uma vaga no Conselho; se a pessoa sabia quando havia ocorrido a eleição; se a pessoa sabe quais as competências do Conselho Escolar; assinalasse as competências dentre várias opções certas e erradas; se hoje elas têm conhecimento de onde fica o quadro mural utilizado para a divulgação das ações, reuniões, decisões e atas do Conselho; se a pessoa havia votado na última eleição para o Conselho Escolar; caso a resposta negativa na questão anterior – o por que; se a pessoa sabe descrever qual a importância do Conselho Escolar para a Gestão da Escola Pública; se a pessoa gostaria de participar de um seminário ou curso sobre a temática do Conselho Escolar e se a pessoa tem conhecimento de que no site do MEC há curso em EAD sobre a temática dos Conselhos Escolares.

Do total de questionários enviados a toda a comunidade escolar, obtivemos 42 respostas, ou seja, somente 42 pessoas atenderam à solicitação, o que percentualmente é ínfimo, uma vez que a comunidade é muito mais extensa.

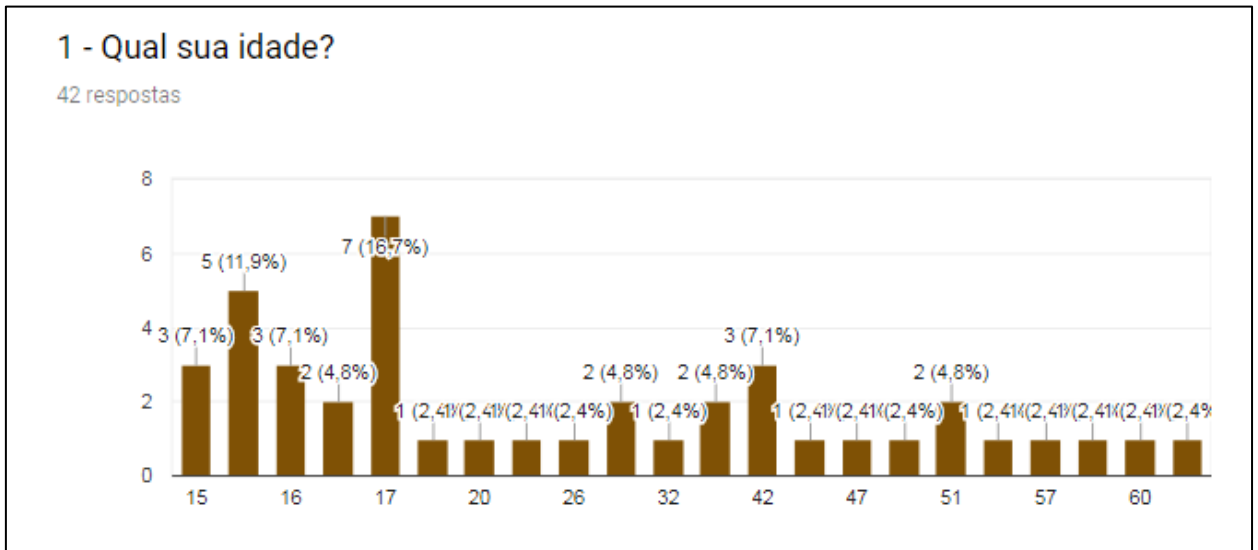


Gráfico 1 – Idade do pesquisado

Percebe-se que a grande maioria das pessoas que atenderam ao pedido para a coleta de dados foram os adolescentes com 17 anos, seguidos dos de 15 anos e alguns meses, todavia também chama a atenção os percentuais de pessoas com 42, 51 e de 26 a 32 anos de idade, o que é pouco habitual na maioria das escolas estaduais, entretanto esse dado só vem a comprovar que a faixa etária nessa escola é muita diversa de outras, da rede estadual, ou seja, a escola Parobé possui uma amplitude etária muito grande.

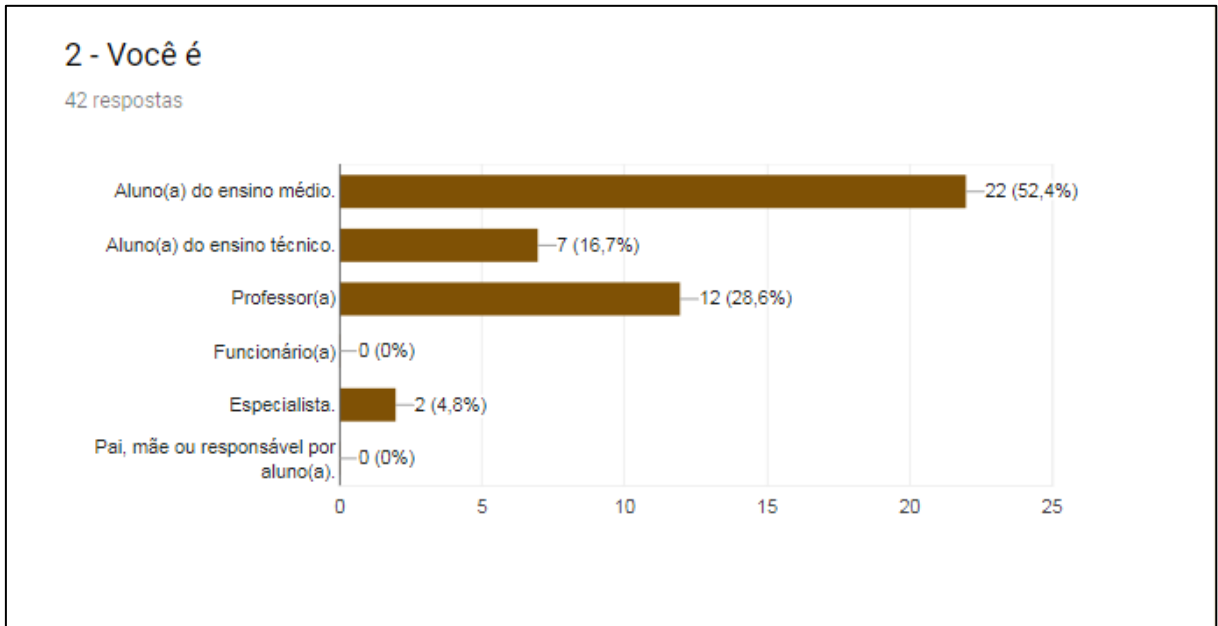


Gráfico 2 - segmento ao qual pertence a pessoa

Aqui surgiram informações importantes, a respeito do segmento a que cada pesquisado pertence: nenhum pai ou responsável atendeu ao pedido para responder ao questionário; dos 6 especialistas que têm na escola somente 2 responderam; nenhum funcionário respondeu; 12 professores participaram; 7 alunos dos cursos técnicos e 22 alunos do ensino médio preencheram o questionário com suas respostas.

Chamou nossa atenção o pequeno número de pessoas que participaram da pesquisa, ainda que ela tivesse sido enviada aos grupos de turmas que são bastante atuantes, na página do facebook oficial da escola, nos grupos de whatsapp e repassada por e-mail aos Coordenadores, professores, especialistas e funcionários. Igualmente o fato de nenhum pai ter respondido deixou-nos preocupados, como se a escola onde os filhos estudam não fosse uma instância onde a participação dos responsáveis fosse importante, ou ainda pode ter sido o fato de termos a grande maioria de alunos adultos, a participação destes não existiria.

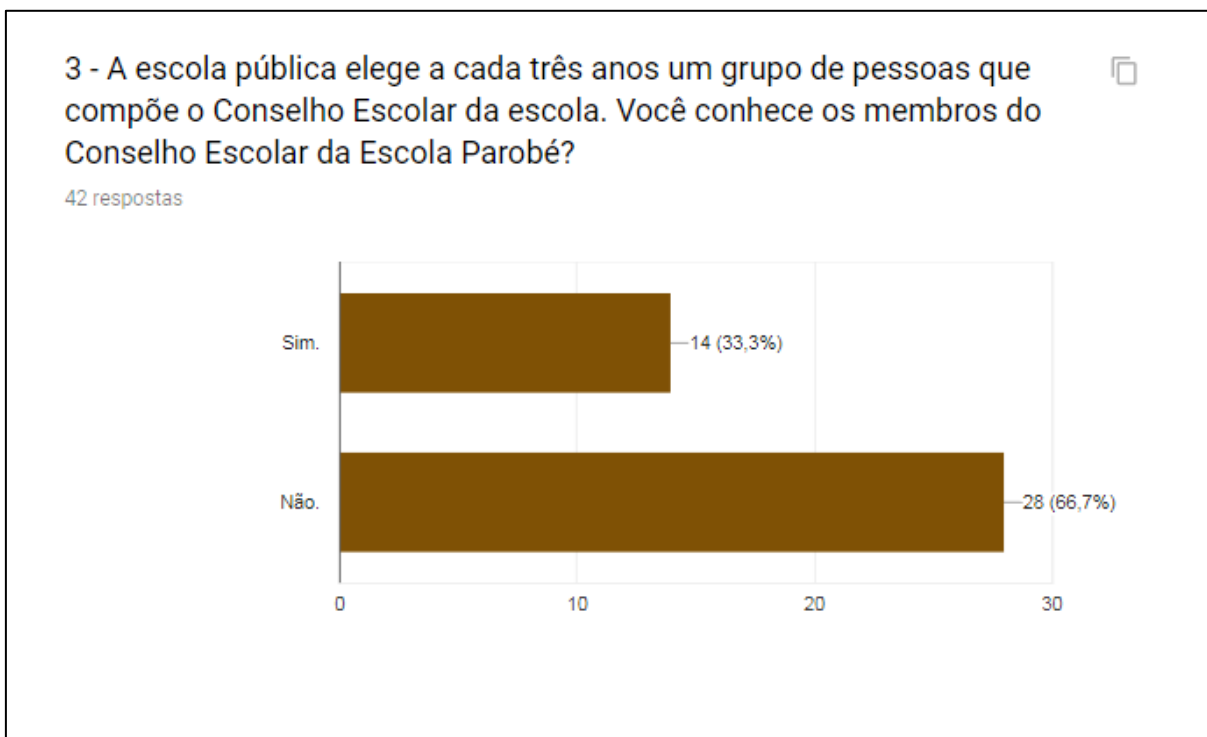


Gráfico 3 – conhecimento sobre quem são os Conselheiros

Aqui 26 participantes responderam não conhecer os membros do Conselho Escolar, enquanto somente 14 pessoas os conhecem.

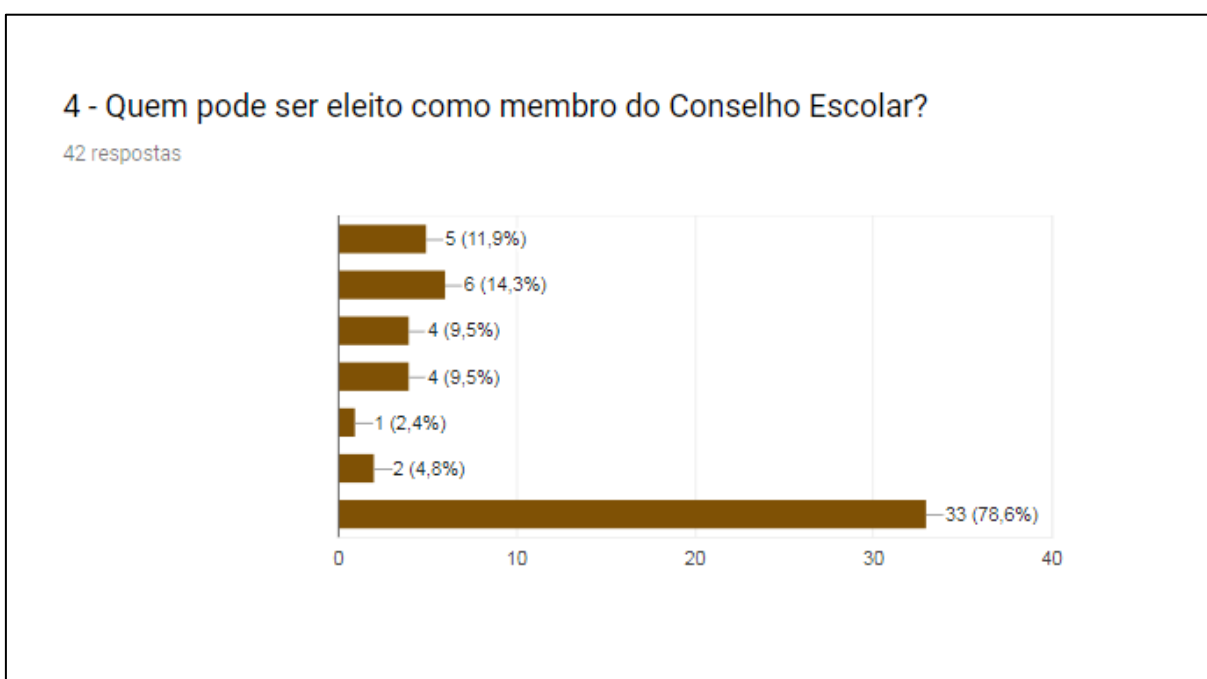


Gráfico 4 – Conhecimento sobre quem pode ser eleito para o Conselho Escolar

Nessa questão observamos que: 11,9% responderam que os pais podem ser eleitos como conselheiros (5 pessoas); 14,3% responderam que somente os alunos maiores de idade podem ser conselheiros (6 pessoas); 9,5 % responderam que os alunos acima de 12 anos podem ser eleitos (4 pessoas); 9,5 % responderam que somente um professor de cada área do conhecimento (4 pessoas); 2,4% responderam que somente os professores do ensino técnico podem ser conselheiros (1 pessoa); 4,8% responderam que somente os professores nomeados, restringindo a participação dos professores contratados (2 pessoas) e 76,6 % responderam que podem ser somente os professores e funcionários (33 pessoas).

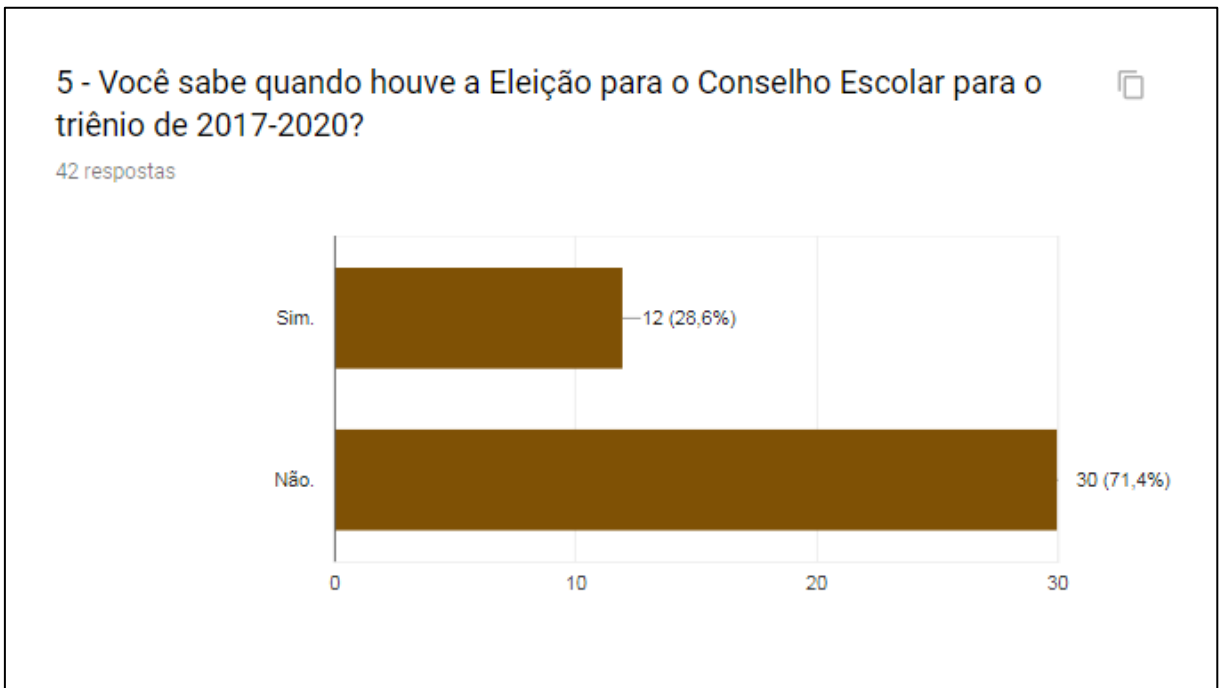


Gráfico 5 – época em que houve a eleição

Observamos nessa questão que os eleitores não sabiam responder quando houve a eleição para o Conselho Escolar.

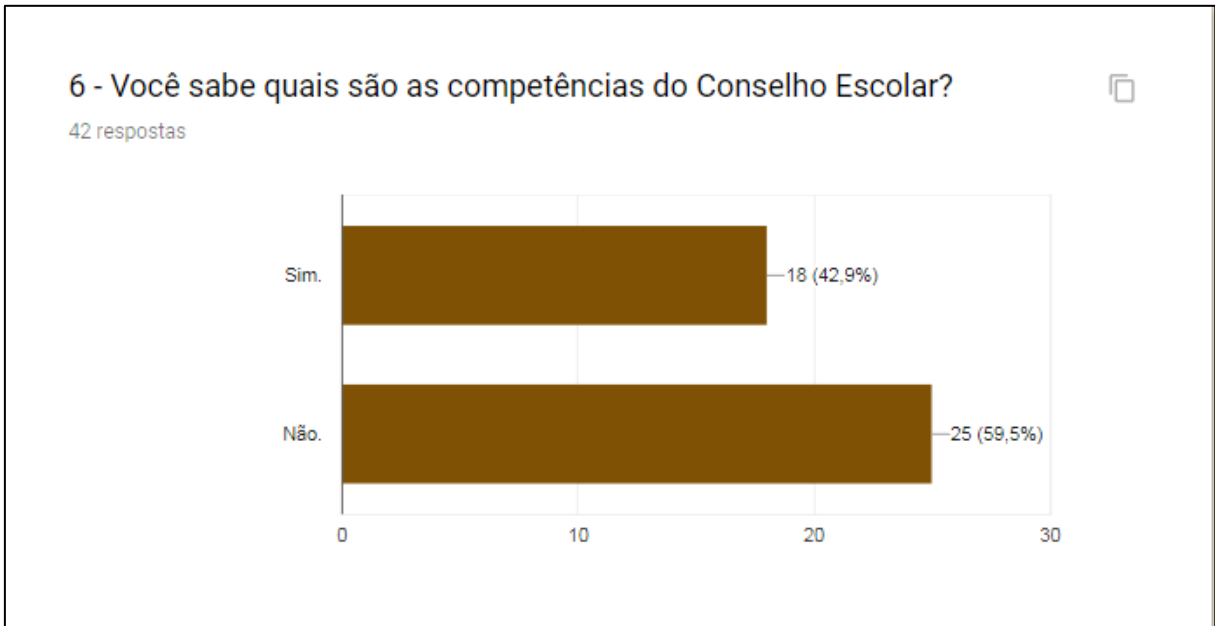


Gráfico 6 – conhecimento sobre as competências do Conselho Escolar;

Aqui as respostas foram de 59,5% de pessoas que informaram não saber as competências do Conselho Escolar.

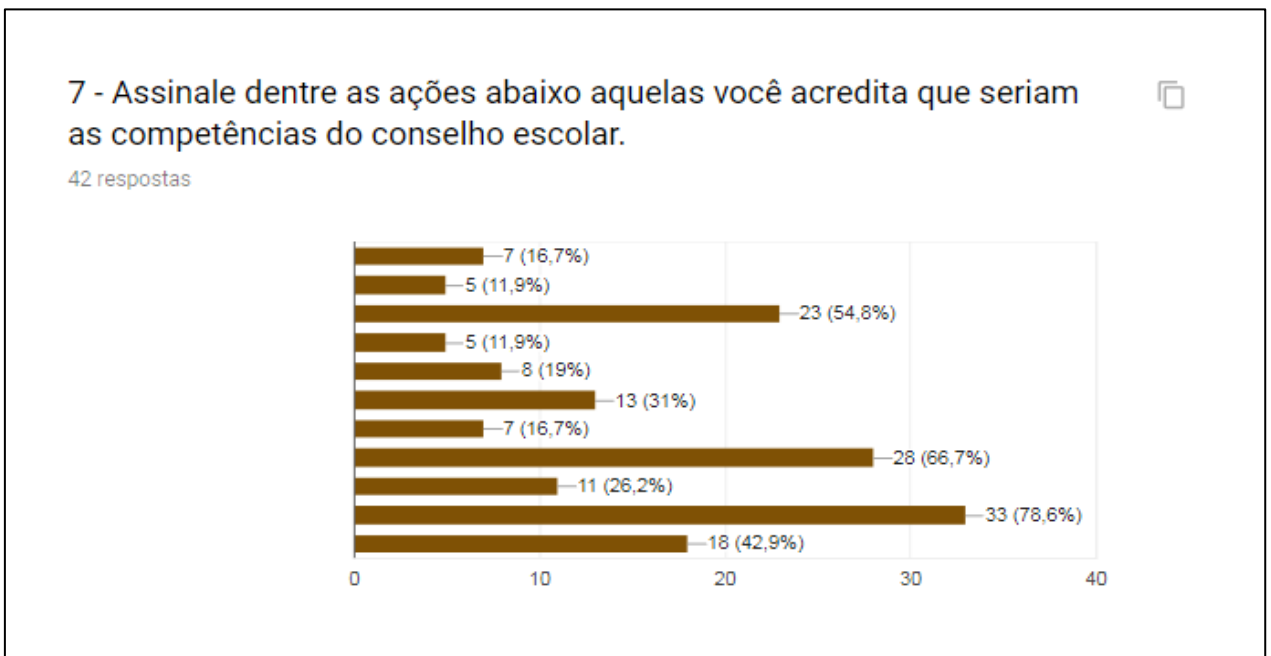


Gráfico 7 – competências do Conselho (opções certas e erradas)

Em uma tentativa de sugerir ou mesmo ajudar os participantes recordarem quais seriam as competências procurou-se estimular as respostas, contudo 16,7% respondeu que seria contratar professores (7 pessoas); 11,9% respondeu que seria dispensar funcionários (5 pessoas); 54,8% respondeu que seria aprovar plano

de gastos futuros do dinheiro da escola (23 pessoas); 11,9% respondeu que seria contratar funcionários (5 pessoas); 19% respondeu que seria dar a punição para alunos que cometem alguma coisa de errado na escola (8 pessoas); 31% respondeu que seria fazer o calendário escolar (8 pessoas); 16,7% respondeu que seria fazer as compras na escola (7 pessoas); 66,7% respondeu que seria fiscalizar a atuação da Direção (28 pessoas); 26,2% - gerenciar as contas da escola (28 pessoas); 76,6% - atuar como fiscalizador e consultor nas ações da Direção (33 pessoas) e 42,9% - autorizar as despesas tomadas pela Direção (18 pessoas).



Gráfico 8 – localização do mural com as informações sobre as ações do Conselho

Quando perguntados se sabem onde fica o mural com as informações a respeito das ações do Conselho Escolar os participantes responderam em 64,3% não saberem onde este se localiza e 35,7% responderam que sabem onde fica este quadro mural, (estrategicamente situado no primeiro patamar da escada do prédio central, onde se localiza toda a parte administrativa, financeira e pedagógica da escola e seus setores, ou seja, todos as pessoas entram neste prédio), é chaveado, com vidro, com indicação (placa identificadora) e a cada reunião ou demanda é atualizado com novas atas, decisões, entre outros.

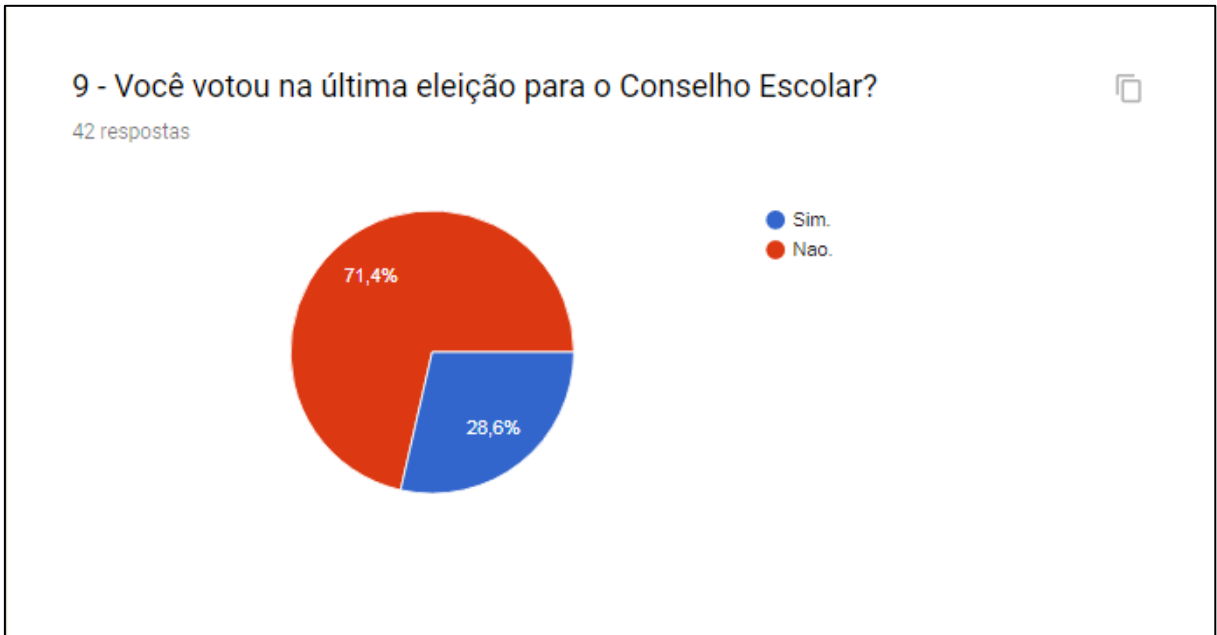


Gráfico 9 – comparecimento à eleição anterior

Nesta questão obtivemos um percentual de 71,4% de pessoas que responderam não terem votado na última eleição para o Conselho Escolar. Os que estavam na escola e votaram somaram um percentual de 28,6% das pessoas que responderam às questões.



Gráfico 10 – Motivos de não ter votado

Nesta questão as motivações de não terem participado do processo eleitoral foram: 62,5% - não sabia da eleição (20 pessoas); 18,8% - faltaram à aula na data (6 pessoas); 3,1% - não votei (1 pessoa); 3,1% - respondeu que não vai mudar em nada (1 pessoa); 3,1% - disse que é coisa que eu não entendo (1 pessoa); 3,1% - não achou importante (1 pessoa); 6,3% - não sabia das funções do Conselho (2 pessoas) e 0% - alegou falta de interesse (0 pessoas).

Neste item as informações preocuparam-nos sobremaneira, pois o processo eleitoral foi amplamente divulgado, com assembleias, informativos afixados nos locais de comunicação em diversos locais e via internet, com os prazos processuais de cada ação, registro de candidatura, tempo para impugnação, publicação dos candidatos elegíveis, campanha eleitoral, votação, apuração, divulgação dos eleitos e posse. Ou seja, as pessoas ficaram alheias a esse processo.

Em relação à pergunta de número 11 sobre: Qual a importância do Conselho Escolar para a Gestão da Escola Pública os participantes responderam:

“Não sei” - foi a resposta dada por 8 pessoas.

E as demais pessoas responderam: “melhorias aos alunos, “auxiliar a direção escolar”; “muito importante a participação de membros da comunidade na gestão como forma de fiscalização”; “ajudar nas decisões do colégio”; “como em toda a instituição, publica ou não, a fiscalização do exercício das atividades e do uso dos recursos é de suma importância para o seu bom desempenho”; “um conselho escolar coerente e ativo é o diferencial para apoio, aconselhamento e fiscalização de uma gestão escolar de sucesso e uma escola eficiente”; “é importante na medida em que deveria auxiliar a direção da escola a fazer uma gestão eficiente em prol do aluno”; “fiscaliza as ações da escola”; “ele deve ser a base, a equipe de apoio da direção em todos os sentidos”; “apoio e auxílio junto a gestão”; “gestão dos recursos da instituição”; “garantir que os gastos da escola não sejam usados errado”; “se for bom, é muito importante”; “acredito que não muita”; “estudar”; “muita pois a escola está parada devido a muitas coisas que só o tal conselho poderia resolver”; “fiscalizar a direção e ajudar a melhorar a escola”; “agregar e participar; nem o grêmio estudantil (GEPA) funciona quem dirá o conselho escolar”; “extrema importância para contribuir para o processo de implantação de autonomia na escola de, forma que cada comunidade possa tratar de seus problemas e desta forma poder interagir a participar podendo opinar naquilo que realmente precisa tanto no âmbito administrativa ou pedagógica da escola”; “é um aliado da equipe diretiva para o bom funcionamento das

escolas, em relação a aplicação de verbas e manutenção da estrutura física e outros benefícios para o bem estar dos alunos bem como a sua alimentação com uma merenda bem elaborada”; “a participação da comunidade escolar na melhoria da educação”; “direcionar as decisões da escola”; “melhorar a atuação da direção, fiscalizar e sugerir ações”; “maior controle das ações da direção colaborando na administração da escola”; “participação ativa da comunidade escolar nas decisões da escola”; “a interação dos alunos e/ou dos pais com a Direção da instituição”; “policiar a escola”; “para a democratização da escola e ajudar a ter mais transparência às decisões”; “ajuda na gestão da escola”; “ele é importante para gerenciar a Escola”; “organizar a escola, se fossem só os alunos e professores lá dentro não daria em nada”, “manter o controle de gastos, e assim evitando a corrupção existente nas escolas, mas para isso deve-se ter conselheiros especializados de alguma forma em administração pública, essa especialização deve ser fornecida por órgãos competentes, como por exemplo o MEC, ela deve ser feita em curso oferecido ao eleitos. Cabe também ao conselho decidir os gastos realmente necessários para a escola, os mesmos devem ser selecionados por mais importantes aos menos importantes.”

Observamos, pelas respostas dadas, pouquíssima informação sobre as funções do Conselho Escolar, isto é, quase ninguém sabe a amplitude e a importância vital para a gestão da escola que o Conselho possui.

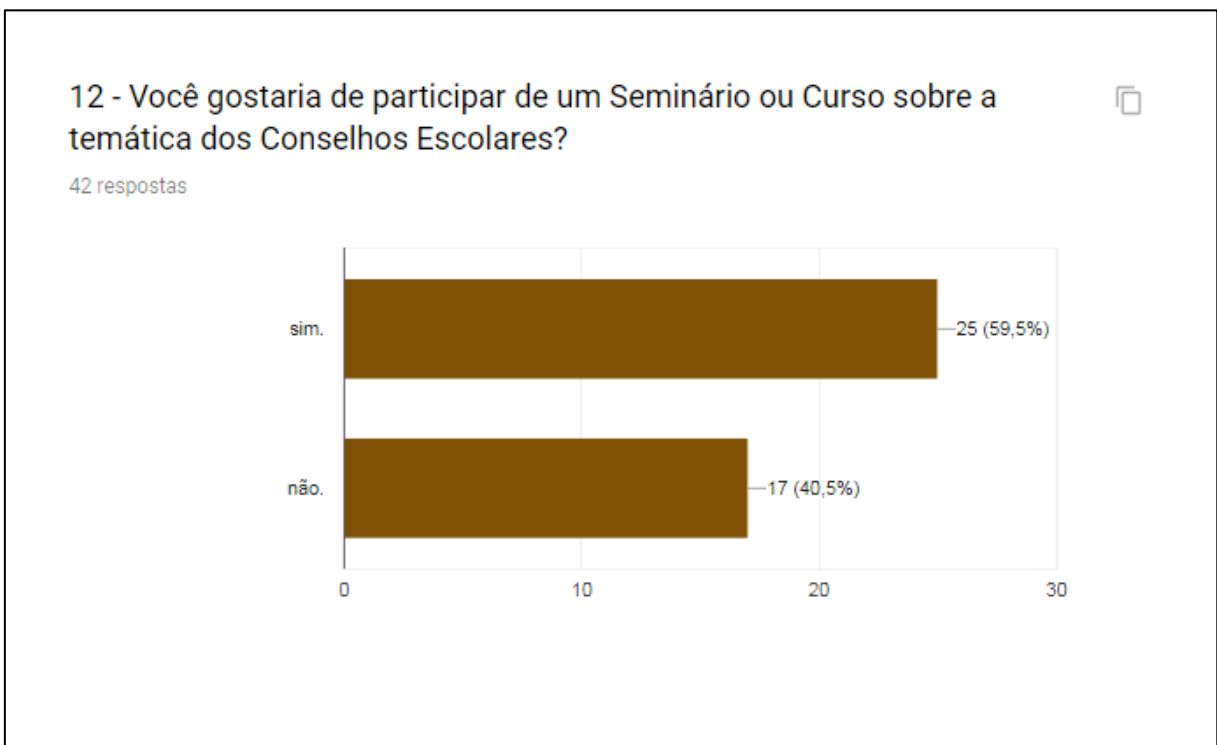


Gráfico 11 – desejo de participar de seminário ou curso sobre a temática dos Conselhos Escolares

A resposta à questão acima deixou-nos interessados em promovermos encontros com a finalidade de estudarmos a temática dos Conselhos Escolares: fundamentos, organização, participação, atribuições, entre outros, pois 59,5% (25 pessoas) desejam participar de eventos com esse objetivo.

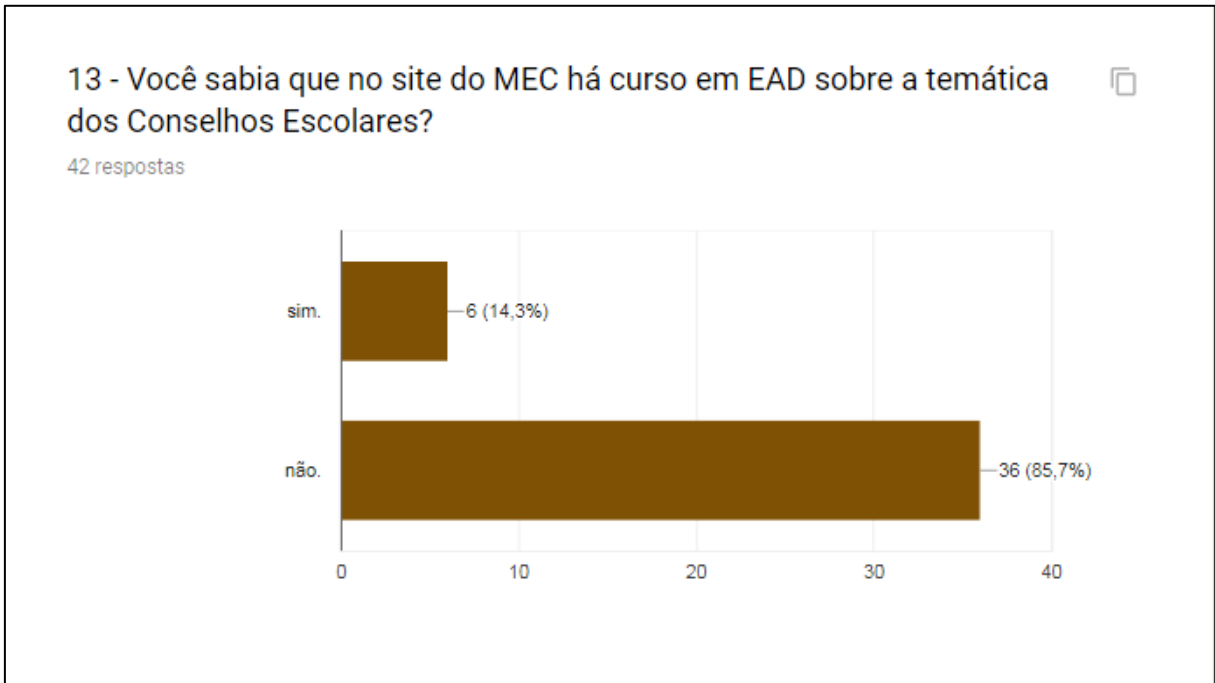


Gráfico 12 - conhecimento de formação no site do MEC sobre a temática dos Conselhos Escolares

O fato de as pessoas desconhecerem que existe, por parte do Ministério de Educação, uma intenção de que se estude a temática dos Conselhos Escolares e se capacite mais para exercer essa função e, também socializar o conhecimento, promovendo a democracia, também se mostra algo a ser incentivado aos alunos, professores e funcionários.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização deste curso de pós-graduação, quando nos fixamos no estudo da temática do Conselho Escolar e o seu impacto na Gestão Democrática da Escola Pública Parobé, não imaginávamos o que iríamos encontrar, todavia constatamos que muito há para se fazer e progredir nos processos democráticos na escola e na sociedade, pois a desinformação é a maior conclusão a que chegamos com este estudo. As pessoas envolvidas desconhecem que, assim como Pereira (2011)

nos ensina “o Conselho Escolar é o mais importante órgão da descentralização político-administrativa na escola.”

Os professores que compõem a escola não se aperceberam da importância que os Conselhos Escolares têm na gestão democrática da escola pública, assim como nos ressaltam os Cadernos elaborados pelo MEC e que são empregados no curso para os conselheiros a cerca da importância deste colegiado, dizendo ele ser:

[...] o sustentáculo de projetos político-pedagógicos que permitam a definição dos rumos e das prioridades das escolas, numa perspectiva emancipadora que realmente considere os interesses e as necessidades da maioria da sociedade (CADERNO 1, p. 33)

É necessário que se exercite a democracia e que ela se estenda à Gestão escolar, pois com o aprendizado e o seu exercício conseguiremos alcançar o que há muito se fala em cidadania e responsabilidade social.

Conforme AGUIAR, 2008 p.138: “Considera-se que a escola pública tem um papel fundamental para a construção de uma cidadania participativa, esta entendida como construção permanente e coletiva.”

Assim, é urgente que se retome a discussão nesta escola sobre a importância da eleição do Conselho Escolar, que se estude profundamente e se amadureça coletivamente a ideia de democracia, de participação democrática, assim como defendido é por Aguiar:

Ao considerar que os membros do Conselho Escolar representam as comunidades escolar e local, que atuam de forma coletiva e que definem estratégias para a tomada de decisões sobre temas de sua responsabilidade [...] Nessa perspectiva, o Conselho Escolar seria o território que possibilitaria a ‘discussão, negociação e encaminhamento das demandas educacionais’ favorecendo, desse modo, a participação social e a promoção da gestão democrática. Nessa direção, configura-se o Conselho Escolar como ‘uma instância de discussão, acompanhamento e deliberação, na qual se busca incentivar uma cultura democrática, substituindo a cultura patrimonialista pela cultura participativa e cidadã. (AGUIAR, 2008, p.138)

O conhecimento mais aprofundado neste tópico do Conselho Escolar nos deu a certeza de que não há liberdade com a Educação sendo direcionada e gerenciada pelo partido que assume o governo estadual, pois a Educação não deve ser tratada como projeto de governo e, sim como projeto de Estado, ou seja, o patamar ao qual queremos elevar a educação sul-rio-grandense não pode estar submissa ao

projeto de determinado partido que assume por um quadriênio. A Educação é muito maior do que um projeto temporário, implantado por um mandato.

Aguiar nos influencia quando diz que:

Nesse contexto, a presença do Conselho Escolar é imprescindível, uma vez que, como instância colegiada, com a representação dos diversos segmentos da escola e da comunidade local, cabe-lhe coordenar e acompanhar as discussões concernentes às prioridades e objetivos da escola, analisar e encaminhar os problemas de ordem administrativa ou pedagógica, conhecer as demandas e potencialidades da comunidade local, estimular a instituição a práticas pedagógicas democráticas e transparentes, e incentivar a coresponsabilidade no desenvolvimento das ações de todos os que integram a comunidade escolar. (AGUIAR, 2008, p.140)

Assim, nosso objetivo primeiro foi totalmente alcançado, desejávamos saber por que a participação dos integrantes da escola foi tão diminuta. Percebemos, pelas respostas ao questionário, que pouco se sabe sobre Conselhos Escolares, seu funcionamento, organização, atuação e função. Há de se estudar em grupos de professores, em reuniões com o Grêmio Estudantil, com o CPEP, em reuniões com Coordenadores de Cursos e de representantes de turmas sobre esta temática para que a escola evolua e entenda a necessidade de democratizar, fomentar e incentivar a participação consciente de seus integrantes.

Por outro lado não devemos esquecer que os alunos da Escola Parobé possuem um diferencial, em relação a tantas outras escolas estaduais, ou seja, o fato de ter alunos que buscam uma qualificação para o trabalho os faz, ficarem menos participativos, pois estão mais focados em obter a qualificação desejada e não se envolver em questões que demandam um tempo extra para a participação, no mesmo sentido os alunos do ensino médio, por exemplo, dos terceiros anos são menos participativos do que outros tantos de outras séries, pois estão mais focados nos exames que possibilitam o ingresso à Universidade. Enquanto que os pais dos alunos do ensino médio têm a ideia errônea de que o fato de seus filhos ingressarem neste nível de ensino os deixa libertos da participação e do envolvimento nas questões escolares. A escola precisa mostrar a todos que a participação na instituição Escola é um direito sim, mas é antes um dever enquanto cidadãos, pois quando a escola pública estiver formando cidadãos conscientes de suas responsabilidades e

aptos para a vida em sociedade, teremos atingido um patamar de qualidade que nos tornará mais participativos e integrados.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Márcia Angela da S. **Gestão da Educação e o Fortalecimento dos Conselhos Escolares**. In Educar. UPF. Curitiba. n.31. p129-144, 2008.
- BALDISSERA, Adelina. **Pesquisa-ação: uma metodologia do “conhecer” e do “agir” coletivo**. In Revista UCPEL. agosto.2001.
- BOBBIO, Norberto. **O Futuro da democracia**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2006.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 05/10/1998. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acessada em 06 de abril de 2018.
- **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9394/1996**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l9394.htm. Acessada em 06 de abril de 2018.
- CÁRIA, Neide Pena e SANTOS, Mileide Pereira. **Gestão e Democracia na Escola: Limites e Desafios**. Rev. Gestão Avaliação Educação. V3. N6, jul/dez 2014. P 27 a 41.
- CARNEIRO, Neri de Paula. **Avanços e Problemas**. Disponível em <<https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/a-educacao-no-brasil-avancos-problemas.htm>> acessado em 10 de maio de 2018.
- DANTAS, Humberto. **Democracia Participativa: uma nova forma de entendermos a democracia**. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/20293_arquivo.pdf. acessado em 10 de março de 2018.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. São Paulo. Saraiva.
- GRACINDO, Regina Vinhaes. **Gestão Democrática nos sistemas e na escola**. 2007. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/11gesdem.pdf>>, acessado em 20 de maio/2018.
- HORA. Dinair Leal da. **Gestão Democrática na Escola**. 4ª ed. São Paulo. Papyrus. 2015.
- Lei de Gestão Democrática do Ensino Público, disponível em <http://servicos.educacao.rs.gov.br/dados/eleicao_lei_10.576_comp_20151110.pdf> acessado em 10 de junho/18.
- LIMA, Maria de Fátima Sousa. **O Conselho Escolar: no contexto da gestão democrática**. Disponível em

<http://www.anpae.org.br/iberolusobrasileiro2010/cdrom/75.pdf>. acessado em 22 de maio de 2018.

LÜCK, Heloísa. **A gestão participativa da escola**. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

LUFT, Celso Pedro. **Dicionário Escolar da Língua Portuguesa**. São Paulo: Ática, 2005

Mec. **Conselhos Escolares**. disponível em <<http://portal.mec.gov.br/programa-nacional-de-fortalecimento-dos-conselhos-escolares>>. acessado em 22 de fevereiro de 2018.

MEDEIROS, Isabel Letícia Pedroso de. **Gestão Democrática na e da Educação: Concepções e Vivências**. In *Gestão democrática: teoria e prática*. Disponível em <www.tvebrasil.com.br/salto>, acessado em 08 de maio de 2018.

-----, Isabel Letícia Pedroso. [**Gestão democrática na e da educação: concepções e vivências**]. **Direitos Humanos na Sala de Aula**. Rio de Janeiro, Novamerica, ano 8, n.80, jun.200

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro (Org.). **GESTÃO EDUCACIONAL Novos Olhares Novas Abordagens**. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública**. Saraiva. 2016

PEREIRA, Sueli Menezes. **Descentralização Administrativa e Práticas de Gestão Participativa: O Conselho Escolar em análise**. Rio de Janeiro: Meta: Avaliação, v.3, p.192-212.2011.

SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. **Curso de Gestão para Diretores de Escola da Rede Pública – módulo I**.

SILVA, Otávio Henrique Ferreira da. **Desafios para a gestão democrática da educação**. Disponível em <<http://pensaraeducacao.com.br/pensaraeducacaoempauta/desafios-para-a-gestao-democratica-da-educacao/>>, acessado em 21 de maio de 2018.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. São Paulo: Cortez, 1985. APUD: Baldissera.

YIN, Robert K. **Estudo de caso - planejamento e métodos**. Tradução de Daniel Grassi. 2ª ed. Porto Alegre: Bookmann, 2001.

APÊNDICE

CONSELHO ESCOLAR NA ESCOLA PÚBLICA ESTADUAL PAROBÉ

Este formulário servirá para pesquisa-entrevista pra a comunidade escolar Parobeana referente à formação do Conselho Escolar: função, mobilização, formação, atuação, etc. Servindo de subsídios para a elaboração de Monografia do Curso de Gestão Educacional da UFSM da aluna Denise Teresinha de Souza Favarim.

*Obrigatório

1. Endereço de e-mail *

2. Qual sua idade? *

3. Você é *

Marque todas que se aplicam.

- Aluno(a) do ensino médio.
- Aluno(a) do ensino técnico.
- Professor(a) Funcionário(a)
- Especialista.
- Pai, mãe ou responsável por aluno(a).

4. A escola pública elege a cada três anos um grupo de pessoas que compõe o Conselho Escolar da escola. Você conhece os membros do Conselho Escolar da Escola Parobé? *

Marque todas que se aplicam.

- Sim.
- Não.

5. Quem pode ser eleito como membro do Conselho Escolar? *

- Pais
- Somente alunos maiores de idade
- 12 anos
- Todos os alunos a partir dos 12 anos
- Somente 1 professor de cada área do conhecimento
- Somente professores do ensino técnico
- Somente os professores nomeados, os professores contratados não podem participar
- Professores e funcionários - sem restrição ao regime de trabalho, deste profissionais, pais e alunos.

6. Você sabe quando houve a Eleição para o Conselho Escolar para o triênio de 2017-2020? *

Marque todas que se aplicam.

- Sim.
- Não.

7. Você sabe quais são as competências do Conselho Escolar? *

Marque todas que se aplicam.

- Sim.
- Não.

8. Assinale dentre as ações abaixo aquelas você acredita que seriam as competências do conselho escolar. *

Marque todas que se aplicam.

- contratar professores
- dispensar funcionários

- aprovar plano de gastos futuros do dinheiro da escola
- contratar funcionários
- dar a punição para alunos que cometem alguma coisa de errado na escola
- fazer o calendário escolar
- fazer as compras na escola
- fiscalizar a atuação da Direção
- gerenciar as contas da escola

- atuar como fiscalizador e consultor nas ações da Direção
- autorizar as despesas tomadas pela Direção

9. Você sabe onde fica o mural com as atas das reuniões do Conselho Escolar? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

10. Você votou na última eleição para o Conselho Escolar?

** Marcar apenas uma opção.*

- Sim.
- Nao.

11. Caso sua resposta à pergunta anterior tenha sido "não", responda: Porque?

Marcar apenas uma opção.

- faltei à aula na data.
- não sabia da eleição.
- falta de interesse.
- não sabia das funções do Conselho.
- é coisa que eu não entendo.
- não achei importante.
- não vai mudar em nada.

12. Qual a importância do Conselho Escolar para a Gestão da Escola Pública?
*

13. Você gostaria de participar de um Seminário ou Curso sobre a temática dos Conselhos Escolares? *

Sim

Não

14. Você sabia que no site do MEC há curso em EAD sobre a temática dos Conselhos Escolares? *

Sim

Não